

Gilberto Freyre trata alguns velhos temas sob novos ângulos e tecla novamente, outras vezes, argumentos já sovados em tórno de velhos assuntos também.

A retificação de juizes a respeito de certos homens públicos oferece novas dimensões para o seu papel histórico, para usar de uma expressão bem cediça.

Como se trata de uma época (a estudada) relativamente recente, cujas repercussões conforme a área do país, deitam presença até agora, e sob as quais as nossas últimas gerações se fizeram homens, o estudo de Gilberto Freyre pode ser discutido, mas nunca negado, pois realmente a nossa primeira República ainda não mereceu o trato de estudo científico que realmente ela requer. Como é o caso do republicano Francisco Glicério, por exemplo, ao qual se referindo amiúde, o Autor de "Interpretação do Brasil" fez mais que muitos historiadores, apesar do pouco que fez, que não têm dado importância ou estudado com mais atenção o papel do **general** campineiro que, para José Maria Belo foi um espécie de "Condestável da República".

Tendo um estilo próprio, o qual não se designa em estudar até uma cantiga de roda ou os murmúrios de uma alcova, o Autor de "Problemas Brasileiros de Antropologia", vem, mais uma vez, provocar aplausos e criticas extremadas com este seu estudo sobre uma época, caracteristicamente de transição, quando havia uma atitude de displicência que até mesmo as classes conservadoras assumiam diante da causa republicana, não morrendo de amores por ela, mas, também, não a impedindo, enquanto os recém-libertos e algumas camadas ainda de insuflação monárquica se ressentiam com o desmornamento do Império.

Afinal o que se conclui, através desta exposição do Autor, é uma certa descrença que essa época representou para a História, isto é, desencôntro de costumes, confusão de valores, integração forçada e forçosa de elementos adventícios.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* * *

JOHNSON (John J.). — **Political Change in Latin America. The Emergence of the Middle Sectors.** Stanford, Califórnia, Stanford University Press, 1958, xiii + 272 págs.

Há, no Brasil em geral, a tendência de exagerar-se as diferenças que o separam das demais nações latino-americanas e frequentemente provocam irritações as apressadas generalizações dos cidadãos dos Estados Unidos que englobam num mesmo conceito e numa idêntica imagem os povos ao sul do Rio Grande. Admitindo-se a existência de diversidades culturais e mesmo de dissemelhanças no desenvolvimento histórico, não deixa de ser útil e esclarecedor para o próprio conhecimento da realidade brasileira, ressaltar certos aspectos fundamen-

tais que unem as repúblicas ibero-americanas e que revelam certa identidade de destino. E' esse justamente um dos grandes méritos da autorizada obra de John J. Johnson: mostrar uma América Latina uma quanto ao sentido do seu desenvolvimento político, embora distinta quanto aos métodos adotados pelos respectivos países ao tentar realizar seus objetivos e seus ideais.

Dedica o Autor os três capítulos iniciais e o último ao estudo conjunto da América Latina, reservando cinco para a análise respectiva do Uruguai, Chile, Argentina, Brasil e México. Prefere o termo **setor a classe**, pois dada a sua heterogeneidade não há propriamente nesses setores médios uma consciência de classe. Certas características comuns, como a sua urbanização e seu nacionalismo e certa identidade quanto aos objetivos como a industrialização e o bem-estar social apoiados na intervenção estatal, conferem-lhes uma coesão política que justifica sejam englobados elementos díspares pertencentes às profissões liberais, ao clero, às forças armadas, ao comércio, à indústria e mesmo, eventualmente, ao operariado. Dentro desse setor médio predominou, conforme a época, a influência de determinado elemento. Ora é justamente o papel crescente, dentro dos setores médios, dos líderes comerciais e industriais como **decision-makers** de nível nacional, o tema proposto pelo Autor.

De particular interesse para o historiador é a indicação de uma certa continuidade ideológica entre o elemento urbano da época da Independência e os setores médios atuais. Estes, como os primeiros, favorecem o regime representativo e defendem a liberdade constitucional, filiando-se à corrente liberal. Um liberalismo, porém, que renunciou ao **laissez-faire**, que clama pela intervenção estatal para atingir os fins que se propôs, um liberalismo em que, por causa da necessidade de compromissos com o setor proletário, o acento coloca-se mais na igualdade social, do que numa "divisão eqüitativa" da responsabilidade e do poder públicos. Certos desenvolvimentos atuais em algumas repúblicas latino-americanas parecem dar razão ao Autor e nos induzem a inferir a possibilidade dos setores médios, ou melhor dos seus elementos propriamente capitalistas (térmo que o Autor evita empregar), isto é, os industriais e comerciantes, terem defendido a intervenção estatal com a finalidade oportunista de desalojar do poder a aristocracia rural. Uma vez conseguido seus intentos, começam a revelar suas inclinações liberais na defesa da iniciativa privada.

Embora o tema da obra seja precipuamente o predomínio crescente dos interesses comerciais e industriais no cenário político da América Latina, teria sido do maior interesse se o Autor tivesse expandido considerações mais demoradas e oferecido maiores esclarecimentos sobre o papel da **Intelligentzia** nessa política. Ele a inclui positivamente nesse setor médio. Ora se na época da Independência essa **intelligentzia** estava una e coesa, hoje não estará dividida? Prevalecerá ainda nela o ideal dos Libertadores? Para o Autor a perspectiva parece delinear-se nesse sentido, pelo menos num futuro previsível.

Baseia, entretanto, suas conclusões, não na força intrínseca do liberalismo como ideologia, mas nos interesses dos setores médios, particularmente dos segmentos comerciais e industriais. Seria válido restringir a análise do problema a êsse aspecto de simples interesses econômicos? Não seria oportuno e de grande alcance para o conhecimento da realidade política, principalmente em se tratando de latinos-americanos e de sociedades fortemente tradicionalistas, verificar a força de certas idéias, de certos princípios, de certos valores, sejam êles de cunho conservador ou liberal? Até que ponto favoreceram ou, ao contrário, dificultaram o presente desenvolvimento político das repúblicas latino-americanas? Saliênta o Autor o papel do clero e do exército. Ora clero e exército são grupos fortemente influenciados por doutrinas e princípios, o que é suficiente para indicar a grande importância de um estudo do fator ideológico no panorama político da América Latina.

Essas considerações não invalidam, nem de longe, o brilhante estudo de John J. Johnson. Demonstram, pelo contrário, o grande interesse despertado pelas questões que aborda. Oferece-nos, além do mais, uma excelente bibliografia crítica.

NÍCIA VILLELA LUZ

*

* *

PESQUISAS. — Órgão do Instituto Anchieta de Pesquisas. Seção
A — Ciências Históricas — Pôrto Alegre.)

A revista "Pesquisas", "publicação de permuta internacional", enviou-nos seu terceiro volume do ano de 1959 .

Neste volume são estudados aspectos interessantes sôbre as Reduções guaraníticas e também aspectos etnográficos da ilha de Santa Catarina. Além dos quatro artigos sôbre os assuntos acima anunciados, há um capítulo dedicado a resenhas bibliográficas e um sumário de publicações recebidas.

E' a revista uma publicação que vem preencher uma lacuna no campo da bibliografia sul-americana, o que aliás está fazendo com grande maestria.

VIVALDO W. F. DAGLIONE